



O dr. Marcos de Albuquerque explica ao nosso repórter os trabalhos de escavações empreendidos no Forte de Orange, os quais se integram nos novos conceitos da arqueologia moderna, analisados, hoje, para O Seculo, por aquele professor universitário

ARQUEOLOGIA (2)

História portuguesa no Brasil

LER ENTREVISTA NO 2.º CADERNO

A pesquisa da peça pela peça substituiu-se ao contexto socioeconómico que subsidia outros ramos do saber — defende o dr. Marcos de Albuquerque

Para se chegar a ser arqueólogo, no Brasil, é necessário, além da vocação pessoal, ter-se um curso superior ligado à História ou à Antropologia. Após o bacharelado num desses cursos, deve o pretendente procurar realizar estágios, ao nível de pós-graduação, nalgumas universidades brasileiras onde se pratique Arqueologia. Ao concluir-se o estágio e se bem sucedido, deverá o candidato solicitar permissão ao Ministério da Educação e Cultura, através da Direcção do Património Histórico e Artístico Nacional. Note-se que, normalmente, nunca se solicita permissão em termos pessoais, pois o interessado deverá estar ligado a qualquer instituição de pesquisa. Caso seja aceite o pedido, o requerente passará então, a actuar como arqueólogo. A Lei Federal, do Brasil, número 3924, dispõe sobre o assunto, estando a sua observância sujeita a sanções do Código Penal brasileiro.

Esta foi a resposta do arqueólogo brasileiro Marcos de Albuquerque, que se encontra, actualmente, em Portugal, como bolseiro do Instituto de Alta Cultura, quando lhe perguntámos quais as disposições que regulam, no Brasil, a actividade de arqueólogo. Ontem, na nossa edição, arquivámos já depoimento do jovem professor universitário, sobre a descoberta de importantes elementos, em Pernambuco, directamente relacionados com a presença portuguesa naquele Estado. Os dados que trouxe à superfície, no Forte de Orange, muito podem vir a contribuir para um melhor conhecimento da presença portuguesa no Brasil, bem como da época heróica vivida, por luso-brasileiros, na expulsão dos holandeses.

Despretenciosamente, à vontade, o dr. Marcos de Albuquerque fala-nos da actividade que exerce, profissionalmente, no Recife, frisando que a Arqueologia, no Brasil, é quase totalmente vivida — como no seu caso — por professores universitários, em «full time», entre pesquisas e o ensino superior.

... OU À CAÇA, OU À PESCA...

Ao prosseguir a troca de impressões com o dr. Marcos de Albuquerque, este disse-nos:

— De há cinco anos para cá, aproximadamente, desenvolve-se, no Brasil, um tipo de arqueologia que até então não se praticava.

A nosso pedido, descreveu, então, esses métodos considerados, hoje, em todo o Mundo, obsoletos e ultrapassados:

— Anteriormente a arqueologia brasileira era praticada, normalmente, por amadores. Diletantes, que procuravam na Arqueologia, apenas, uma maneira de encher o tempo, tal como poderiam dedicar-se à caça ou à pesca. O resultado dessas investidas, como, aliás, era já de se esperar, foi a completa destruição do Sítio arqueológico, impedindo, por conseguinte, trabalhos futuros que, porventura, viessem a realizar-se. A estratigrafia não era respeitada. Afinal de contas, para quê? Talvez nem fosse notada. A grande parte do material arqueológico deixava-se no local, pois consistia em peças comuns, ou fragmentos de cerâmica, *sem nenhuma importância*. Era, talvez, no meio desses milhares de cacos, recolhido um ou outro... por ser mais curioso. As peças inteiras e belas deveriam, no entanto, ser levadas para ornamento das salas do arqueólogo, ou dependências de museus.

Era, portanto, uma arqueologia da peça pela peça. Sucedia que se deparava com uma bela peça em determinado museu e não se poderia saber quase nada em relação às suas origens. Talvez um simples «é do Brasil» ou, quando muito, «é de tal Estado». Respostas como estas constituem um verdadeiro crime contra a arqueologia, se encarada, evidentemente, do ponto de vista científico. Por outro lado, a ecologia de um modo geral, a hidrografia ou as condições edafoclimáticas eram complementações que não constavam no dicionário do arqueólogo de então. Não fazia sentido saber-se se determinado artefacto era elaborado de matéria-prima ecológica ou não, tal como não interessava conhecer as suas possíveis implicações de ordem económico-culturais. Não importavam as barreiras ecológicas que vários grupos encontraram por ocasião das suas migrações através das Américas, as quais, muitas vezes, implicaram, além de uma adaptação ou readaptação biológica, uma adaptação ou readaptação de ordem económica.

A PEÇA PELA PEÇA NÃO MAIS FAZ SENTIDO

Em face deste depoimento, naturalmente que nos interessou conhecer o novo tipo de processos aplicados na pesquisa arqueológica, no Brasil. O dr. Marcos de Albuquerque começou por nos afirmar:

— Presentemente se pratica no Brasil uma arqueologia onde a peça pela peça não mais faz sentido. Ela deixou de ser um fim, para se tornar um meio. Meio que fornecerá indicações relativas ao contexto socioeconómico de um grupo. A ecologia passou a desempenhar papel preponderante nos estudos. O conhecimento de ecossistemas

dos quais participe o homem e as suas manifestações culturais, é já um binómio indissociável. O estudo das possibilidades de fornecimento de matéria de uma área, para a elaboração de artefactos, muito poderá revelar. Sabe-se, por exemplo, que determinados grupos possuíam a tradição cultural de elaborarem certos artefactos, em determinada matéria-prima. Ora, se este grupo migra e na nova região não encontra este elemento, poderá acontecer, fundamentalmente, o seguinte:

- o grupo perde a tradição;
- utiliza outra matéria-prima;
- se reabastecerá periodicamente desta matéria-prima não ecológica.

Donde podemos concluir, no caso desta última hipótese, que o grupo possuía uma economia bastante forte, que lhe permitia dar-se a tal trabalho. O mesmo não podemos dizer com relação às duas primeiras hipóteses. É evidente que há a possibilidade de um grupo, possuidor de forte economia abandonar a preferência por determinada matéria-prima já não ecológica, por outra ecológica. Referimo-nos, no entanto, a uma tradição cultural determinante.

A prosseguir a explicação desta tese, o dr. Marcos de Albuquerque cita-nos um exemplo elucidativo:

— Se trouxermos o problema para os nossos dias, poderemos exemplificar recorrendo a alguns aspectos da construção de habitações, no Brasil. A classe de muito baixo poder aquisitivo utiliza, na construção de suas casas a totalidade de matéria-prima ecológica. É o caso, por exemplo, das casas de taipa, onde a madeira é ecológica, como também é ecológico o barro e as palhas de cobertura. A seguir, a classe já com um bom poder aquisitivo, e numa demonstração de requinte, poderá utilizar grande parte do mármore nacional. Enquanto que, por fim, as classes de excelente poder aquisitivo não se contentarão em simplesmente colocarem mármore nacional em suas construções, mas farão questão de que este mármore seja de Carrara, por conseguinte, caríssimo, e não ecológico.

CONSEQUÊNCIAS DE IMPACTOS INTERÉTNICOS

Abordou-se, depois, outra questão de importância fundamental para os actuais estudos arqueológicos, na medida em que aquela ciência procura libertar-se de um conceito estático, para se projectar como ciência viva, dinâmica e actuante. Trata-se, assim, do aspecto dos impactos culturais sofridos por grupos, quando em contacto com outras civilizações. Respondeu-nos o dr. Marcos de Albuquerque:

— Esse contacto poderá ser de carácter militar, comercial, religioso, religioso-económico, etc. No momento, estuda-se no Brasil, de um modo geral, e em Pernambuco, de um modo particular, além de várias modalidades de contacto entre grupos pré-históricos, os contactos havidos entre os europeus — portugueses, no caso — e os ameríndios. Como exemplo do estudo destes Sítios de contacto interétnico, poderíamos citar o Sítio PE 13-Ln — o primeiro contacto euro-indígena em Pernambuco — onde Critóvão Jacques instalou uma feitoria, em 1516. Se analisarmos, por exemplo, a cerâmica deste Sítio, poderemos observar alguns fenómenos bastante interessantes.

Considerando os dois complexos culturais, o europeu e o indígena, poderemos dividir a cerâmica indígena, que pertence à tradição cultural Tupiguarani e a fase Itapacurá, em três tipos básicos: os tipos Itamaracá, Itapissuma e Igarauçu. Esta cerâmica, isto é, a portuguesa e a indígena formam, estatisticamente, duas pirâmides de bases inversas, onde a predominância nos níveis mais profundos (200 a 220 cm) é da cerâmica autóctone, enquanto que a maior po-

pularidade da cerâmica portuguesa se verifica nos níveis mais a superfície. Há, no entanto, uma fase de equilíbrio entre estas duas cerâmicas, que nos sugere ter havido um período onde as trocas estariam em certa estabilidade.

A seguir, a especificar estas afirmações, o arqueólogo Marcos de Albuquerque diz-nos:

— O tipo Itamaracá da fase Itapacurá parece ter correspondido aos primeiros contactos dos indígenas com os portugueses. Este tipo caracteriza-se por ser uma boa cerâmica, bem elaborada dentro das normas da fase, enquanto que o tipo Igarauçu deve ter correspondido a uma fase de instabilidade económica do grupo, onde este, motivado já por padrões de outra cultura, economicamente mais forte, não mais se habituaria a viver, apenas com os elementos da sua cultura tradicional. Em consequência, portanto, de possuir um sistema de produção de cerâmica puramente artesanal e necessitar de grande quantidade de peças para satisfazer às necessidades de troca cada vez maiores, teve que prejudicar a qualidade, em função da quantidade.

OS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS NA SOCIEDADE DE HOJE

A continuar, o sr. dr. Marcos de Albuquerque abordou um capítulo novo, porventura de não menor interesse. Precisamente, falou-nos um pouco da pré-história do continente sul-americano, dizendo-nos:

— Outro aspecto importante revelado pela arqueologia brasileira é em relação à fase Marajó (pré-histórica). Este grupo foi possuidor de técnicas bastante avançadas, em relação à agricultura. Conheceram a irrigação e o terraceamento. Possuíam uma estratificação social bem definida, como se pode notar através dos rituais funerários. Sepultavam os seus mortos em urnas funerárias de cerâmica, que variavam segundo o «status» social do morto. Cultivavam uma divisão social do trabalho, no qual existiam elementos altamente categorizados, na arte cerâmica. Forçados a migrar por grupos militarmente mais fortes, chegaram finalmente à ilha de Marajó, no Amazonas, onde a ecologia, adversa às suas tradições culturais, foi paulatinamente desagregando a organização social, até ao completo desaparecimento. Observa-se o início do declínio daquele estatuto social, quando provável-

mente as diversas classes sociais foram mobilizadas para a obtenção de alimentos. Nota-se, de imediato, a decadência da cerâmica de um modo geral, e particularmente da cerâmica funerária, culminando com o desaparecimento do grupo.

A pré-história sul-americana levar-nos-ia longe. Haveria todo um vasto manancial de factos e de ideias a desenvolver, que nos ocuparia, com certeza, inúmeras colunas. Preferimos voltar ao princípio, isto é, voltar a falar da arqueologia em si, designadamente do que se exige aos novos arqueólogos. Nesse sentido, o dr. Marcos de Albuquerque frisou:

— Parece-nos que, dentro de muito pouco tempo, a figura do arqueólogo dileitante será objecto de um estudo... arqueológico. Aquele arqueólogo excentrico, fumando cachimbo e sentado à beira de um buraco, a dar ordens não possui mais condições de existir, se quiser coexistir com o grande avanço técnico-científico da Humanidade. Apenas haverá lugar para uma arqueologia dinâmica que estude não apenas peças, porém essencialmente contextos, de modo a fornecer, com as suas descobertas, subsídios a outros ramos do saber, colaborando de modo efectivo, para o desenvolvimento da Humanidade. Os estudos arqueológicos podem fornecer subsídios para a elaboração de teorias económicas, antropológicas, sociológicas e teológicas. Que importância, por exemplo, não teve para a Humanidade o desenvolvimento da biologia evolutiva! E quanto a biologia evolutiva não deve aos estudos arqueológicos?!

Por fim, quisemos conhecer onde se ensina, no Brasil, a moderna arqueologia. Referindo-se, especificamente, ao caso de Pernambuco, o dr. Marcos de Albuquerque esclareceu:

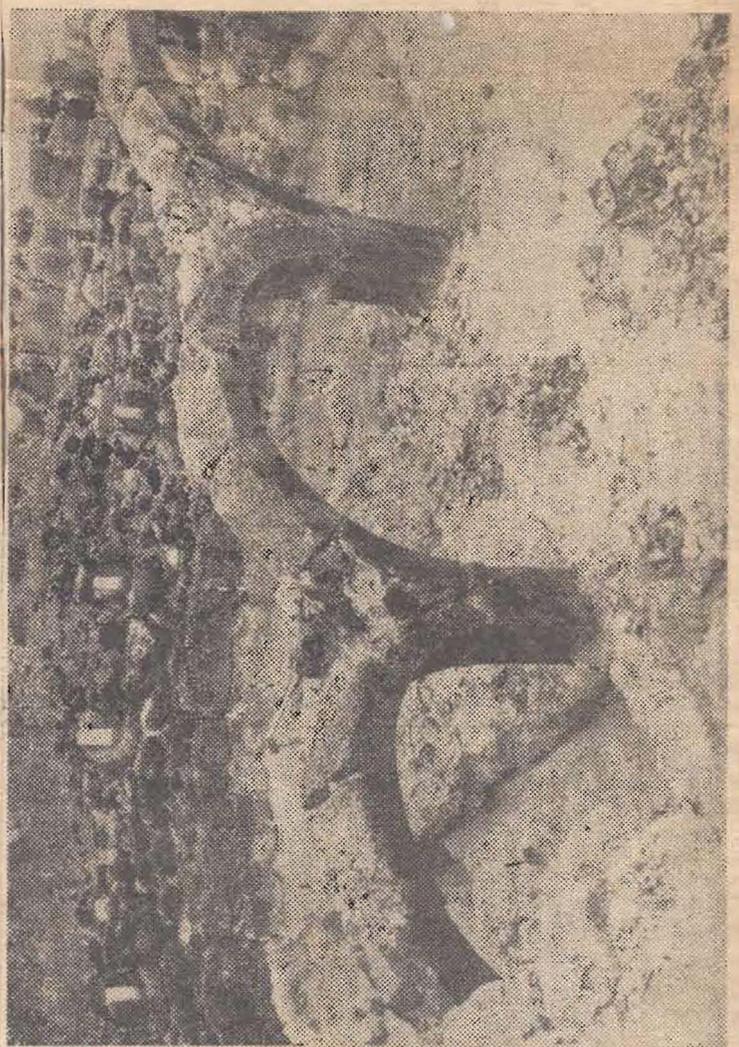
— O ensino ministra-se na Universidade Federal de Pernambuco, que possui vários institutos centrais. Um deles é precisamente o Instituto de Filosofia e de Ciências Humanas, que possui duas funções primordiais: a formação, ou melhor, a promoção de cursos de graduação; e a outra, a pós-graduação e pesquisa. O Instituto está dividido em vários departamentos, como por exemplo o Departamento de História, Ciências Sociais, Filosofia e Psicologia. Cada um deles incumbe-se de promover cursos directamente ligados à especialização. O sector de arqueologia pertence ao Departamento de Ciências Sociais que, além das actividades didácticas, tem por missão desenvolver pesquisas relacionadas com a antropologia cultural. É, assim, nesse âmbito,

16-4-70

O SECULO



Um exemplo de um corte estratigráfico, onde se veem assinalados os níveis de recolha de objectos. Na prática, pode-se observar, distintamente, através da diferença cromática do terreno, os níveis de ocupação



Um ângulo do interior do Forte de Orange, vendo-se o espaço em que se encontra o desenvolvimento das dependências. A esquadra pode-se observar um corte no terreno